



Educação e formação de professores no Brasil: entre avanços e discontinuidades

Dielly Silveira Ribas Lima

UNEB (Brasil)

diellyribas@hotmail.com

Adrielly Silveira Ribas Neves

UNEB (Brasil)

adriellysr2025@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o percurso histórico da educação no Brasil e suas implicações para a formação de professores, compreendendo como as transformações sociais, políticas e econômicas influenciaram o desenvolvimento das políticas educacionais. Partindo do período colonial, evidencia-se que a educação brasileira foi marcada por um processo de imposição cultural e exclusão social. A catequese jesuítica, a reforma pombalina e as primeiras iniciativas do período joanino revelam um modelo educacional voltado à manutenção do poder e dos privilégios das elites, em detrimento do acesso das camadas populares. Durante o Império, embora a Constituição de 1824 e a Lei das Escolas de Primeiras Letras (1827) tenham representado avanços legais, a educação permaneceu excludente e restrita, com pouca preocupação em formar docentes de maneira sistemática. A criação das Escolas Normais, a partir de 1835, representou o primeiro esforço institucional de formação docente, ainda que centrado no domínio de conteúdos e não em fundamentos pedagógicos. No período republicano (1889–1930), as desigualdades sociais persistiram, e as reformas educacionais pouco impactaram o ensino popular. O início do século XX trouxe novos debates com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), que defendia uma escola pública, laica e democrática. As reformas estruturais, como a criação do Ministério da Educação e Saúde (1930) e das Leis Orgânicas do Ensino (1942), ampliaram o acesso, mas reforçaram a dualidade educacional entre elites e classes trabalhadoras. Entre 1946 e 1964, a educação passou por um processo de expansão e institucionalização, com a criação da CAPES, CNPq, SENAC e outras iniciativas voltadas à formação de pessoal qualificado. Contudo, o ensino manteve-se desigual e fragmentado. Durante o regime militar (1964–1985), prevaleceu uma concepção tecnicista de educação, voltada à formação de mão de obra e ao controle ideológico, em detrimento de uma pedagogia crítica e emancipadora. Programas como o MOBRAF visavam à alfabetização funcional, mas sem compromisso com a conscientização social. Com o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação passou a ser reconhecida como um direito social, universal e gratuito, embora as desigualdades de acesso e qualidade persistam. As décadas seguintes foram marcadas por políticas voltadas à ampliação da escolarização e à valorização docente, como a criação da LDB nº 9.394/1996, o Fundef, o Fundeb, o ProUni, o Enem e o Pronatec, além da homologação da BNCC. A formação de professores, por sua vez, consolidou-se de forma lenta e descontinuada. Conforme Saviani (2013), essa formação passou por seis períodos, iniciando-se com os ensaios intermitentes (1827–1890) e avançando até o advento dos Institutos Superiores de Educação (1996–2006). Inicialmente marcada por imprevisto e desvalorização, foi somente com as Escolas Normais e, mais tarde, com os cursos de Pedagogia e Licenciatura, que a formação docente ganhou estrutura e reconhecimento institucional. Entretanto, persistem desafios quanto à valorização profissional, à qualidade da formação e à articulação entre teoria e prática. Assim, compreender a trajetória histórica da



educação e da formação docente no Brasil é essencial para repensar as políticas públicas voltadas ao ensino. A superação das desigualdades educacionais requer um projeto comprometido com a democratização do acesso, a qualidade do ensino e a valorização dos profissionais da educação. A história mostra que, embora os avanços sejam significativos, ainda há um longo caminho a percorrer para que a educação se efetive como instrumento de transformação social e emancipação humana. O caminho metodológico adotado nesta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa. A investigação perpassou por uma análise de documentos oficiais e de produções teóricas de autores que discutem a temática da educação em uma perspectiva crítica e emancipatória, tais como Saviani (2009), Nóvoa (2019), Gatti (2019), Melo (2012), entre outros.

Palavras-chave: Educação brasileira; formação de professores; políticas educacionais; história da educação.

Introdução

A educação no Brasil é resultado de um longo percurso histórico, marcado por avanços e retrocessos, conquistas e desigualdades. Desde o período colonial até os dias atuais, o sistema educacional reflete tensões sociais, políticas e econômicas, consolidando-se, em muitos momentos, como um instrumento de exclusão e manutenção das hierarquias existentes. Compreender esse percurso é fundamental para analisar as transformações e os desafios que ainda permeiam a educação no país, bem como para refletir sobre a construção de políticas que promovam equidade, qualidade e valorização dos profissionais da área.

O estudo da educação brasileira exige atenção às condições históricas que moldaram o acesso à escolarização, a organização do ensino e a formação dos professores. O sistema educacional, desde suas origens, esteve profundamente vinculado a interesses políticos, econômicos e culturais, resultando em um modelo dual, que favoreceu a elite e marginalizou grande parte da população. A análise histórica permite identificar como essas desigualdades se reproduziram e de que maneira os diferentes períodos, como o colonial, imperial, republicano e contemporâneo, influenciaram o desenvolvimento da educação e das políticas públicas.

Além disso, compreender a trajetória da formação docente é essencial para perceber as limitações e possibilidades do exercício da profissão. Desde os improvisos iniciais, com docentes leigos, até os cursos de licenciatura e a exigência de formação superior, a carreira docente reflete tanto o avanço quanto a persistência de desafios estruturais. A valorização da profissão, a articulação entre teoria e prática e o



fortalecimento das políticas de formação são condições centrais para a consolidação de uma educação de qualidade.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar o percurso histórico da educação no Brasil e suas implicações para a formação de professores, compreendendo como as transformações sociais, políticas e econômicas influenciaram o desenvolvimento das políticas educacionais.

Para tanto, o caminho metodológico adotado nesta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, que, segundo Gil (2008, p. 42), “[...] busca compreender fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, mas que exigem uma análise interpretativa e contextualizada dos significados”. Assim, a investigação perpassou por uma análise de documentos oficiais, como a Constituição Federal de 1988, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e informações disponibilizadas pelo Portal do Ministério da Educação (MEC) além de um levantamento bibliográfico voltado à compreensão crítica do tema.

Foram analisadas produções teóricas de autores que discutem a temática da educação em uma perspectiva crítica e emancipatória, tais como Saviani (2009), Nóvoa (2019), Gatti (2019), Melo (2012), entre outros, cujas contribuições possibilitaram uma reflexão teórico-metodológica consistente e uma leitura crítica acerca das políticas e práticas educacionais em análise.

Nesse contexto, torna-se necessário refletir criticamente sobre o percurso da educação brasileira e a formação de professores. Para isso, este artigo está estruturado em três seções principais. A primeira aborda a história da educação no Brasil, destacando seus caminhos, transformações e permanências excludentes. A segunda seção trata da formação docente, analisando seus desafios, paradigmas históricos e caminhos para a valorização da profissão. Por fim, as considerações finais apresentam uma síntese das reflexões sobre educação e formação de professores, enfatizando a necessidade de políticas públicas consistentes e de um compromisso social com uma educação emancipadora, democrática e de qualidade.

1 Educação no Brasil: Caminhos e Transformações

O percurso histórico da educação no Brasil é atravessado por processos excludentes, marcados por sucessivas negações do direito à escolarização, sobretudo para as camadas mais vulneráveis e socialmente marginalizadas da população. Embora a Constituição Federal de 1988 estabeleça a educação básica como um direito social, pautada nos princípios da



obrigatoriedade, gratuidade e equidade, persistem desigualdades estruturais que dificultam o pleno acesso e a permanência de todos/as na escola. A educação, enquanto direito fundamental, deve promover o desenvolvimento integral dos sujeitos, formando cidadãos críticos, autônomos e socialmente comprometidos com a construção de uma sociedade democrática e justa. Compreender as raízes históricas desse cenário é fundamental para a análise das políticas educacionais contemporâneas.

A história da educação brasileira remonta ao período colonial, marcado por práticas de dominação cultural e imposição violenta de modelos pedagógicos europeus. Com a chegada dos colonizadores portugueses, os povos originários foram sistematicamente desqualificados em suas práticas culturais, religiosas e educativas, sendo submetidos a um processo de aculturação forçada que buscava suprimir seus saberes ancestrais. No Brasil Colônia (1500-1822), a organização da educação formal esteve fortemente vinculada a três grandes momentos: o período jesuítico, a reforma pombalina, e o período joanino. Esses marcos históricos evidenciam como o projeto educacional brasileiro foi, desde suas origens, permeado por interesses políticos, religiosos e econômicos, moldando uma estrutura educacional excludente que perdura sob diversas formas até a atualidade.

O período jesuítico é marcado pelo domínio através da fé. Os jesuítas visavam a dominação ideológica sobre os indígenas, convertendo-os à fé católica (Melo, 2012). Desse modo, a catequese era um instrumento de dominação social e cultural, os indígenas gradativamente iam sendo destituídos de suas crenças, costumes e modos de vida tradicional e se adequando ao modelo europeu. Em contrapartida, para os descendentes dos colonizadores era ofertada uma educação visando a instrução.

A reforma pombalina é marcada por um conjunto de mudanças promovidas pelo Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo. Ele “expulsou os jesuítas do Brasil em 1759 com a intenção de redirecionar os objetivos da educação, desvinculando-os das ideias religiosas, servindo, assim, aos interesses comerciais do Estado” (Mello, 2012, p.18). Neste período a educação perpassou por alguns avanços, a intenção era tornar o ensino laico e público, no entanto, estes ideais não foram concretizados de forma eficaz devido à intensa influência religiosa operada pelos jesuítas (Melo, 2012).

O período Joanino é marcado pela chegada da corte portuguesa ao Brasil e a instalação de instituições de ensino superior. Este período se caracterizou por medidas e atividades isoladas, foram criados os primeiros cursos superiores, houve um visível rompimento com a educação jesuítica, a preocupação principal daquele momento era o desenvolvimento de conhecimentos científicos, voltados para as necessidades locais (Melo,



2012). Nesse contexto, as mudanças ocorridas neste período, ainda que limitadas a determinados grupos sociais, sinarizaram o início de uma nova configuração educacional, voltada à formação técnica e científica.

Após o Período Colonial, no qual a educação perpassou pelos três momentos mencionados, iniciou-se o Período Imperial (1822-1889), neste período houve uma expansão da educação, criou-se a lei de criação de escolas em todo o território, e o currículo também concedia às meninas o direito de estudar, porém os maiores privilegiados continuavam sendo a elite. Como afirmam Souza e Santos (2019) após a chegada da Família real ao Brasil, observa-se um avanço no campo cultural, mas a educação manteve-se como um privilégio restrito a poucos.

Em 1824 foi outorgada a primeira Constituição Brasileira, seu Art. 179 garante “a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”. Apesar desse marco legal representar um avanço, ele continua excludente, pois enquanto garante apenas a instrução primária a todos os cidadãos a elite tem acesso ao ensino superior, dessa forma ocorre um “sistema dual de ensino: de um lado, uma educação, voltada para a formação das elites, com os cursos secundários e superiores; de outro, o ensino primário e profissional, de forma bastante precária, para as classes populares” (Souza e Santos, 2019, p.2). Além disso, embora a legislação previa o oferecimento de ensino para todos, na prática isso não ocorreu, pois não houve esforços para ampliar o número de vagas nem para ofertar cursos de formação de professores, Melo (2012).

O Período Republicano compreende os anos de 1889 a 1930, tempo da história do Brasil marcado pela instauração do regime republicano e pelo domínio político das oligarquias. A educação neste período continua sendo privilégio das classes abastadas e uma farsa para a população menos favorecida, Melo (2012) afirma que o processo educativo manteve humanista e conservador, o que contribuiu para a manutenção das relações de dominação, pois formavam indivíduos reprodutores de conhecimento, desvinculados da realidade. Na época não existia um sistema escolar estruturado, e nem investimento em ciência e tecnologia. Devido a escassez de professores qualificados era comum alunos com maior domínio de conhecimentos assumirem a tarefa de ensinar. Havia uma precariedade nas condições de ensino, por falta de recursos, poucas escolas e com instalações físicas inadequadas e baixo salário dos docentes.

Na tentativa de resolver a desorganização do sistema educacional que repercutiam desde o período da monarquia foram criadas reformas educacionais, dentre as quais pode citar a reforma de Benjamin Constant, Rivedavia Corrêa, Carlos Maximiliano, Rocha Vaz, João Luiz

Alves, entre outras. Essas reformas tinham o objetivo de reorganizar o ensino, no entanto houve pouco impacto sobre a educação popular, que continuou perpetuando a exclusão social e as desigualdades no sistema educacional.

A Revolução de 1930 e o subsequente período do Estado Novo (1937–1945) configuraram um ciclo de profundas transformações políticas, econômicas e sociais, que exigiu novas formas de qualificação da mão de obra e, conseqüentemente, impulsionou transformações no campo educacional, como afirma Melo:

A substituição do modelo político e econômico de importação pelo de desenvolvimento da indústria nacional e diversificação agrária proporcionou mudanças significativas na educação. Percebe-se, neste momento, o despertar da importância do ensino para o crescimento do país (Melo, 2012, p. 50).

Nesse contexto, desenvolveram-se importantes discussões em torno da educação, as quais resultaram na institucionalização de políticas públicas e na criação de estruturas voltadas à sua regulação e expansão, conforme sistematizado no quadro a seguir.

Quadro 01 – Principais marcos da educação brasileira (1930-1942)

Ano	Acontecimento	Características
1930	Criação do Ministério de Educação e Saúde	Priorizou o surgimento da universidade brasileira
1932	Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (Fernandes de Azevedo).	Propunha uma escola pública, obrigatória, laica e desprovida de controle religioso na educação.
1932	Reforma Francisco Campos	Oficializou a dualidade do ensino, oferecendo o ensino secundário à classe dirigente e o profissionalizante ao proletariado.
1934	Constituição Federal	Gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, ensino religioso facultativo, criação do Plano Nacional de Educação. O financiamento da educação passou a ser responsabilidade da União, Estados e Municípios, incluiu as disciplinas de educação moral e políticas nos currículos.
1937	Constituição de 1937	Ideias fascistas e ditatoriais, dualidade do

		sistema escolar, obrigatoriedade de se criarem escolas nas indústrias e sindicatos para os filhos dos operários. Oferta de ensino secundário para quem pretendia cursar o ensino superior e ensino profissionalizante para as pessoas que tinham necessidade de emprego imediato.
1942	Leis Orgânicas do Ensino	Reestruturação do currículo industrial, secundário, comercial, normal e agrícola. Modificação nos ciclos de estudo, criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.

Fonte: Elaboração própria com base em Melo (2012).

Percebe-se que o processo de expansão educacional entre as décadas de 1930 e 1940, embora representou um avanço ao instituir a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, evidenciou a manutenção de um modelo excludente e seletivo. A dualidade educacional, com o ensino secundário destinado às elites que almejavam o ensino superior e o ensino profissionalizante voltado às classes populares, consolidou uma lógica de reprodução das desigualdades sociais. Segundo Melo (2012), a pretensão do modelo educacional era pacificar as relações entre empresários e operários, por meio da oferta dual de ensino, um para a formação de condutores e outro para a transformação dos trabalhadores em seres passivos.

A República Nova (1946 a 1964) foi um período de avanços significativos na educação, foram estabelecidos os ideais liberais e democráticas, contudo, o ensino manteve o caráter reprodutor e elitista. A educação brasileira foi influenciada pela Constituição de 1946, que reafirmou a educação como direito de todos, tornou obrigatório o ensino primário. O ensino médio manteve-se dual, com separação entre o técnico e o acadêmico. Destaca-se a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Conselho Nacional de Pesquisa (CNP), da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, além da forte presença de escolas particulares confessionais, principalmente católicas, Melo (2012).

Apesar dos investimentos o ensino continuava excludente. Intensificou as lutas e manifestações popular em prol de uma educação gratuita e de qualidade. Em 1961, foi



promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 4.024/61, com ideais de liberdade, democracia e solidariedade. Nesse cenário, surgiram os Movimentos de Educação Popular, como os Centros Populares de Cultura (CPC), os Movimentos de Cultura Popular (MCP) e o Movimento de Educação de Base (MEB).

No contexto das mobilizações por uma educação mais inclusiva e crítica nos anos 1960, destaca-se a Campanha "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler" coordenada pelo educador Paulo Freire, que buscava alfabetizar jovens e adultos valorizando o saber popular. Mesmo com poucos recursos, promovia uma educação crítica e libertadora em espaços comunitários, reforçando o compromisso com a inclusão e a transformação social. Esta ação foi interrompida com em 1964, com o golpe militar.

A educação popular e o método de Paulo Freire causou incômodo na classe dominante, visto que , “escolarizadas, as pessoas das classes menos favorecidas poderiam participar mais ativamente das questões políticas e econômicas nacionais” (Melo, 2012, p. 66). Essa conscientização representava uma ameaça à manutenção das estruturas sociais desiguais, pois a alfabetização crítica promovida por Freire incentivava a reflexão, o diálogo e a ação transformadora.

A educação durante o Regime Militar (1964–1985) foi marcada por um modelo autoritário e tecnicista, voltado principalmente para as demandas do mercado de trabalho e para o controle ideológico da população. As reformas educacionais implementadas tinham como foco a eficiência, a produtividade e a disciplina, em detrimento de uma formação crítica e cidadã. Nesse período a educação foi marcada pela centralização do poder, pela exclusão das camadas populares do processo decisório e pela negação de uma pedagogia emancipadora, favorecendo a manutenção da ordem social vigente e a reprodução das desigualdades. Melo (2012) afirma que “a reforma universitária brasileira desprezou a participação da comunidade, do corpo docente e discente”, dessa maneira ela foi constituída de forma ditatorial favorecendo a quem se interessava.

Também foram criadas várias leis, entre elas a segunda LDB, porém apresentava os mesmos aspectos, pragmáticos e tecnicista. Visando a qualificação das pessoas para o trabalho foi criado Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), cujo objetivo era erradicar o analfabetismo. Vale ressaltar que tais ações foram pensadas para a população, mas não para atender seus interesses e demandas, mas para atender aos interesses do mercado, sendo assim, o sistema educacional “visava transformar pessoas em objetos de trabalho, de lucro; seres passivos diante de todas as arbitrariedades que lhes fossem impostas” (Souza e Santos, 2019, p.3).

Após o fim da ditadura militar em 1985, a educação brasileira iniciou um processo de redemocratização que refletiu transformações políticas, sociais e econômicas significativas. No entanto, como observa Melo (2012) a educação ainda se mantém como uma das principais reponsáveis pelas desigualdades econômicas e sociais no país, verifica-se ainda de forma intensa a valorização do saber teórico em detrimento do saber prático. Apesar da amplicção no número de vagas e matrículas nas escolas, a qualidade do ensino continua precária. Esse cenário evidencia que, embora tenha ocorrido avanços, a educação ainda precisa ser aprimorada. O quadro a seguir apresenta uma cronologia histórica da educação no Brasil, abrangendo o período de 1985 até os dias atuais.

Quadro 02 – Principais marcos da educação (1985 – dias atuais)

Ano	Principais acontecimentos
1985	Criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)
1990	Criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb)
1992	Instituído o Programa de Crédito Educativo (PCE)
1993	Criada a comissão especial para elaborar o Plano Decenal de Educação para Todos
1995	Criado o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), que a partir de 1988 passou a ser denominado Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)
1996	Promulgada a Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional, (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)
1998	Criado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)
1999	Aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena
2001	Aprovado o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001), com duração de 10 anos Instituído o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies) Criado o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação, o Bolsa-Escola Federal
2003	Criado o Programa Brasil Alfabetizado Ampliado o Programa Nacional de Livro Didático (PNLD)

	Torna-se obrigatório o ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial das escolas públicas de educação básica Ampliado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
2004	Criado o Programa Universidade para Todos (ProUni) Instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate)
2006	Instituído o ensino fundamental de 9 anos, com matrícula obrigatória aos seis anos de idade Iniciado o Sistema Universidade Aberta do Brasil (ampliou a formação de professores da educação básica) Criado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (Proeja)
2007	Instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) Regulamentado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) Criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) Instituído o Programa Mais Educação Lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)
2008	Instituído o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica
2010	Criado o Sistema de Seleção Unificada (Sisu)
2011	Criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)
2012	Instituída a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas)
2014	Aprovado o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), com diretrizes, metas e estratégias para a educação para o prazo de 10 anos
2015	Lançada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)
2016	Criado o Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI)
2017	Instituída a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral Homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)
2018	Instituído o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum

	Curricular (ProBNCC) Instituído o Programa Mais Alfabetização (PMALFA)
2019	Instituída a Política Nacional de Alfabetização (PNA)
2020	Lançado o programa Tempo de Aprender (Portaria Nº 280) Pandemia da COVID-19 fechou escolas Adoção emergencial do ensino remoto
2021	Retorno gradual às aulas presenciais com foco na recomposição da aprendizagem
2022 dias atuais	Debates sobre a revisão do Novo Ensino Médio Ações para a recuperação da aprendizagem pós-pandemia Programas de incentivo aos estudantes (Pé-de-Meia) Lei 15.100/2025, que proíbe o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais em escolas públicas e privadas de todo o país

Fonte: Elaboração própria com base em informações do Portal do MEC.

Ao analisar o percurso da educação brasileira nas últimas décadas, constata-se que houve avanços significativos, dentre eles, destaca-se a ampliação do acesso à educação, a formulação de políticas públicas e a valorização da formação docente. No entanto, persistem lacunas expressivas relacionadas à qualidade do ensino. O fechamento das escolas em 2020 representou um retrocesso significativo na oferta educacional no Brasil. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 90,1% das escolas brasileiras não retornaram às atividades presenciais no ano letivo de 2020, com uma média de 279 dias de suspensão das atividades presenciais. Mesmo após quatro anos, os efeitos da pandemia ainda reverberam na educação brasileira, evidenciando a necessidade urgente de políticas públicas que priorizem a recuperação da aprendizagem e a formação contínua dos docentes.

Atualmente, o país enfrenta o desafio de reformular o Ensino Médio, recuperar as perdas de aprendizagem e avançar no cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Assim, a descontinuidade das ações, a ausência de planejamento de longo prazo e a fragilidade do compromisso político com a educação pública têm impedido que ela exerça plenamente seu papel como instrumento de transformação social.

Diante desse percurso, percebe-se que a história da educação no Brasil é marcada por avanços e retrocessos, refletindo as contradições sociais, políticas e econômicas do país. Desde o período colonial até as tentativas mais recentes de democratização do ensino,



observa-se que as políticas educacionais sempre estiveram atreladas aos interesses dos grupos dominantes e todo o seu percurso é marcado como elitista e excludente. Quanto a formação de professores, é um fenômeno recente na estrutura educacional do país, por longos períodos, não se falava em preparar o docente como profissional da educação. Durante o período colonial, a função de ensinar estava associada à catequese e à reprodução de valores religiosos e políticos, cabendo aos missionários jesuítas essa tarefa. Somente com a Lei das Escolas de Primeiras Letras, de 1827, surge a primeira menção legal à necessidade de preparo didático.

Apesar dos progressos em termos de acesso e legislação, ainda há desafios significativos no que se refere à equidade, à qualidade e à valorização da educação pública. Ainda existem diversos fatores que impedem o Brasil de superar o modelo de educação implantado de forma violenta no período colonial, cujos resquícios persistem até os dias atuais, e de consolidar uma educação libertadora, crítica, gratuita, laica e de qualidade.

2. Formação Docente: Desafios e Caminhos

Compreender a formação de professores no Brasil requer um olhar atento às suas origens e ao percurso histórico que marcou essa trajetória. Desde os primórdios, essa formação foi atravessada por imprevistos, políticas descontínuas e desigualdades, refletindo os interesses políticos e econômicos de cada época. De acordo com Gatti et al. (2019), analisar as propostas iniciais de formação de professores no Brasil, bem como os caminhos históricos percorridos em seus contextos de origem, permitem compreender aspectos fundamentais das políticas, práticas e conflitos que ainda hoje permeiam a formação docente e o exercício da profissão no contexto social.

A formação de professores no Brasil tem origem marcada por imprevistos e desvalorização, iniciando-se com a atuação de docentes leigos, que segundo Augusto “é o profissional que exerce o magistério sem possuir a habilitação mínima exigida” (Augusto, 2010, p. 1), e consolidando-se lentamente a partir da década de 1930, com a criação dos primeiros cursos de licenciatura. Sendo assim, concordamos com Gatti et al. (2019) ao afirmar que o processo de formação docente no Brasil sempre acompanhou o lento desenvolvimento da educação básica no país, marcado historicamente pela falta de prioridade dos governos nessa área.

Ao analisar o percurso histórico da educação brasileira, é evidente a ausência de uma preocupação sistemática com a formação de professores. Como aponta Saviani (2009), desde o período jesuítico, passando pelas reformas pombalinas e pela criação dos cursos superiores



com a chegada da corte portuguesa, não havia uma política estruturada voltada à formação docente. Essa preocupação surgiu com a Lei das Escolas de Primeiras Letras (1827), que previa escolas para formação de professores. Saviani (2009) organiza a trajetória da formação docente em seis períodos, iniciando pelos “ensaios intermitentes” (1827–1890), em que os professores eram, em grande parte, autodidatas, até o Advento dos Institutos Superiores de Educação (1996–2006), revelando um percurso marcado por avanços lentos, descontinuidades e falta de valorização da profissão docente.

Ao analisar o histórico da formação docente no Brasil, destaca-se o papel fundamental das escolas normais como instituições formadoras do magistério para a escola primária. Essas escolas, que assumiram organização e currículo próprios a partir da década de 1930, atuaram em nível médio e foram estruturadas para atender à demanda por professores das séries iniciais. No entanto, essa configuração passou por uma significativa transformação com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabeleceu a exigência de formação em nível superior para os professores das séries iniciais do ensino fundamental. Essa mudança marcou um novo paradigma na formação docente (Tanuri, 2000).

Nesse contexto, cabe ressaltar que refletir sobre a formação de professores é fundamental para o fortalecimento das políticas educacionais e para a promoção de uma educação de qualidade. A qualificação docente impacta diretamente os processos de ensino e aprendizagem, sendo, portanto, elemento central nas estratégias de democratização e equidade educacional.

Saviani (2009) observa que a formação de professores no Brasil sempre esteve vinculada às transformações sociais e políticas do país, refletindo, em cada período, as concepções de educação e de sociedade dominantes. O autor identifica dois modelos formativos que historicamente se contrapõem, sendo o modelo dos conteúdos culturais-cognitivos, centrado no domínio das disciplinas e conhecimentos científicos, e o modelo pedagógico-didático, voltado para o preparo específico do ato de ensinar. O primeiro predominou nas universidades e nos cursos de nível superior, reforçando uma visão fragmentada da formação docente, enquanto o segundo se consolidou nas Escolas Normais, com foco na prática educativa e na formação para o magistério.

Nessa mesma direção, Nóvoa (2019) enfatiza que a valorização dos professores e da profissão docente é condição essencial para qualquer projeto educativo comprometido com a transformação social. O autor adverte que “parece faltar um compromisso diário, também nas universidades, de valorização dos professores e da sua profissão” (NÓVOA, 2019, p. 12), apontando que a ausência desse compromisso tem contribuído para a fragmentação da



formação e para o enfraquecimento do campo educacional. Ele destaca ainda que “não podemos permitir a corrosão da profissão docente que está a ser provocada pelas políticas de ataque às instituições universitárias de formação de professores” (NÓVOA, 2019, p. 13), defendendo a necessidade de políticas públicas que assegurem reconhecimento, estabilidade e condições dignas de trabalho. Assim como Saviani (2009), Nóvoa compreende que a valorização profissional, a estrutura de carreira e o tempo para estudo e reflexão são dimensões fundamentais para a consolidação de uma formação docente sólida e para o fortalecimento da escola pública como espaço de emancipação e democracia.

No entanto, a dissociação entre conteúdo e didática, teoria e prática, tornou-se um dos dilemas centrais da formação docente brasileira. Como ressalta Saviani (2009), o desafio consiste em superar essa dualidade e promover uma formação que integre os dois aspectos, de modo a considerar o ato educativo em sua totalidade. Ao analisar os pensamentos de António Nóvoa (2019), percebe-se que o autor contribui de maneira significativa para a compreensão dos desafios contemporâneos da formação docente. O autor observa que a escola vive um momento de transformação profunda, o que denomina de “metamorfose da escola”, e adverte que “já não se trata de melhorias ou de aperfeiçoamentos ou mesmo de inovações, mas de uma verdadeira metamorfose da escola” (NÓVOA, 2019, p. 3). Essa metamorfose impõe novas formas de pensar a profissão docente, exigindo uma formação que responda aos desafios de um tempo marcado por mudanças políticas, culturais e tecnológicas. Assim, discutir a formação de professores no Brasil implica considerar essas transformações mais amplas que atingem a própria natureza da escola e o papel do educador na sociedade.

De modo convergente, Gatti et al. (2019) destacam que a formação de professores no Brasil enfrenta desafios persistentes, entre os quais se sobressaem a precarização das condições de trabalho, a baixa atratividade da carreira docente, a fragmentação curricular e a fragilidade das políticas de formação continuada. Ainda que o país tenha avançado na ampliação do acesso à formação superior e na regulamentação dos cursos de licenciatura, a ausência de uma política nacional integrada e contínua de formação docente compromete a consolidação de uma prática educativa crítica e transformadora.

Nesse sentido, repensar a formação docente implica compreender que a valorização profissional e as condições de trabalho são dimensões indissociáveis da qualidade da educação. Saviani (2009) argumenta que não há formação sólida sem uma carreira estruturada, salários dignos e tempo adequado para estudo, planejamento e reflexão. A ausência desses elementos compromete a efetividade das políticas de formação e desestimula novos ingressos na docência.



Assim, os caminhos para o fortalecimento da formação de professores passam pela consolidação de políticas públicas estáveis, que articulem formação inicial e continuada, garantam a indissociabilidade entre teoria e prática e promovam a valorização da carreira docente. Como defende Gatti et al. (2019), é preciso que as universidades e os sistemas de ensino atuem de forma colaborativa, aproximando a formação acadêmica da realidade das escolas e dos desafios concretos do trabalho docente.

Refletir sobre esses aspectos é essencial para compreender que os desafios da formação docente ultrapassam o campo pedagógico e se inscrevem no âmbito das políticas educacionais e das condições históricas de desenvolvimento social. Portanto, discutir a formação de professores significa também debater o projeto de sociedade e de educação que se deseja construir, reafirmando o papel do professor como sujeito político e transformador da realidade social.

3. Considerações finais

A história da educação brasileira é marcada por um longo percurso de exclusão social e dominação cultural, que consolidou um sistema educacional voltado, durante séculos, à formação das elites e à manutenção das desigualdades estruturais. Desde o período colonial, a escolarização foi concebida como privilégio e não como direito, reforçando um modelo excludente que perdurou sob diferentes formas ao longo do tempo. Mesmo diante dos avanços recentes, expressos na ampliação do acesso à escola e na implementação de políticas públicas voltadas à democratização do ensino, ainda persistem profundas disparidades que comprometem a qualidade da educação e a valorização dos profissionais que nela atuam. Esses desafios revelam que o país ainda convive com marcas históricas de desigualdade, que dificultam a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva e emancipadora.

A formação de professores também reflete essa trajetória desigual. Suas origens foram marcadas pela ausência de planejamento e pela desvalorização do trabalho docente, aspectos que deixaram cicatrizes duradouras nas políticas de formação inicial e continuada. Apesar das melhorias conquistadas nas últimas décadas, como a ampliação das licenciaturas e o reconhecimento legal da docência como profissão, ainda persistem lacunas significativas relacionadas à qualidade formativa, às condições de trabalho e à articulação entre teoria e prática. Nesse sentido, compreender o percurso histórico da formação docente é fundamental para repensar o papel do professor na sociedade contemporânea e para construir uma



educação pública que assegure equidade, reconhecimento profissional e compromisso ético com a transformação social.

Portanto, pensar a educação brasileira implica fortalecer políticas públicas duradouras e consistentes, que integrem formação docente, valorização profissional e compromisso social. É indispensável investir em uma escola pública capaz de garantir igualdade de oportunidades, promover a reflexão crítica e reconhecer o professor como sujeito central no processo educativo e no desenvolvimento do país. A consolidação de uma educação emancipadora e democrática depende, sobretudo, da capacidade coletiva de transformar a história de desigualdades em um projeto de justiça social. Somente a partir desse compromisso será possível consolidar uma educação que não apenas instrua, mas que emancipe, e uma docência que seja reconhecida como base da construção de uma sociedade mais justa e humana.

Referências

AUGUSTO, Maria Helena. Professor leigo. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancellari; VIEIRA, Livia Maria Fraga. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 jul. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Notas Estatísticas – Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2021.pdf. Acesso em: 23/10/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conheça a evolução da educação brasileira**. Portal do MEC, [s.d.]. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 3 jul. 2025.

GATTI, Bernardete Angelina *et al* **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/Adriely/Downloads/Livro_ProfessoresDoBrasil.pdf. Acesso em 07, ago. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da educação no Brasil**. 2. ed. Fortaleza: Universidade Aberta do Brasil/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Diretoria de Educação a Distância, 2012. 95 f.



NÓVOA, António. **Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84910, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623684910>. Acesso em 23, out. 2025.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, n. 40, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05, Jul. 2024.

SOUZA, José Clécio Silva de; SANTOS, Mathéus Conceição. Contexto histórico da educação brasileira. **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 12, 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/contexto-historico-da-educacao-brasileira> Acesso em: 27 jun. 2025

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, Mai/Jun/ Jul/Ago, 2000. Disponível em: [file:///C:/Users/Adriely/Downloads/download%20\(15\).pdf](file:///C:/Users/Adriely/Downloads/download%20(15).pdf). Acesso em: 07, Ago. 2025.